AMBIENTE & EDUCAÇÃO
Revista de Educação Ambiental
E-ISSN 2238-5533

Ecopedagogia e Educação do Campo: diálogos e caminhos por uma outra sociedade possível[1]

Ângelo Rodrigues de Carvalho[2]
Instituto Federal do Pará (IFPA – Campus Castanhal) - Brasil
https://orcid.org/0000-0003-0792-9069

Resumo: O presente artigo procura debater as inter-relações entre Ecopedagogia e Educação do Campo, refletindo como essas abordagens podem contribuir para a construção de uma sociedade justa, sustentável, solidária e inclusiva. O estudo tem como objetivo compreender de que modo a Ecopedagogia, enquanto prática educativa crítica e emancipadora, pode fortalecer a Educação do Campo, promovendo o diálogo entre saberes locais, consciência ambiental e transformação social. A problematização centra-se na questão: como integrar princípios ecopedagógicos às práticas pedagógicas do campo, de forma a estimular a cidadania ecológica e a valorização da cultura camponesa? A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados autores de referência, como Gadotti, Freire e Arroyo. Os resultados indicam que a Ecopedagogia, quando aplicada ao contexto rural, promove práticas educativas contextualizadas, participativas e integradas à realidade socioambiental dos sujeitos-territórios camponeses. As discussões apontam que o diálogo entre Ecopedagogia e Educação do Campo potencializa a construção de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a sustentabilidade e a justiça social. Conclui-se que a Ecopedagogia constitui um caminho pedagógico consistente para o fortalecimento da Educação do Campo, possível de contribuir à uma nova racionalidade educativa que une educação, território e natureza.
Palavras-chave: Movimentos Sociais. Práticas Educativas. Sujeitos-territórios. Sustentabilidade. Transformação Social.

Ecopedagogía y Educación Rural: diálogos y caminos hacia otra sociedad posible

Resumen: Este artículo analiza las interrelaciones entre la Ecopedagogía y la Educación Rural, reflexionando sobre cómo estos enfoques pueden contribuir a la construcción de una sociedad justa, sostenible, solidaria e inclusiva. El estudio busca comprender cómo la Ecopedagogía, como práctica educativa crítica y emancipadora, puede fortalecer la Educación Rural al fomentar el diálogo entre el conocimiento local, la conciencia ambiental y la transformación social. La problematización se centra en la pregunta: ¿cómo integrar los principios ecopedagógicos en las prácticas pedagógicas rurales para fomentar la ciudadanía ecológica y la valoración de la cultura campesina? La investigación adopta un enfoque cualitativo, exploratorio y descriptivo, basado en investigación bibliográfica y documental. Se analizaron autores de referencia como Gadotti, Freire y Arroyo. Los resultados indican que la Ecopedagogía, aplicada al ámbito rural, promueve prácticas educativas contextualizadas y participativas que se integran con la realidad socioambiental de los sujetos y territorios campesinos. Las discusiones indican que el diálogo entre la Ecopedagogía y la Educación Rural potencia el desarrollo de individuos

[1] Recebido em: 17/10/2025. Aprovado em: 19/12/2025.
[2] Geógrafo (UFPA). Doutor em Educação (UnB). Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFPA – Campus Castanhal. E-mail: angelo.carvalho@ifpa.edu.br.

críticos, conscientes y comprometidos con la sostenibilidad y la justicia social. La conclusión es que la Ecopedagogía constituye un camino pedagógico consistente para el fortalecimiento de la Educación Rural, contribuyendo potencialmente a una nueva lógica educativa que une educación, territorio y naturaleza.
Palabras-clave: Movimientos Sociales. Prácticas Educativas. Sujetos-Territorios. Sostenibilidad. Transformación Social.

Ecopedagogy and Rural Education: dialogues and paths towards another possible Society

Abstract: This article discusses the interrelationships between Ecopedagogy and Rural Education, reflecting on how these approaches can contribute to building a just, sustainable, supportive, and inclusive society. The study aims to understand how Ecopedagogy, as a critical and emancipatory educational practice, can strengthen Rural Education by fostering dialogue between local knowledge, environmental awareness, and social transformation. The problematization focuses on the question: how can ecopedagogical principles be integrated into rural pedagogical practices to foster ecological citizenship and the appreciation of peasant culture? The research adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, grounded in bibliographic and documentary research. Reference authors such as Gadotti, Freire, and Arroyo were analyzed. The results indicate that Ecopedagogy, when applied to rural settings, promotes contextualized, participatory educational practices that are integrated with the socio-environmental reality of peasant subjects and territories. The discussions indicate that the dialogue between Ecopedagogy and Rural Education enhances the development of critical, conscious individuals committed to sustainability and social justice. The conclusion is that Ecopedagogy constitutes a consistent pedagogical path for strengthening Rural Education, potentially contributing to a new educational rationale that unites education, territory, and nature.
Keywords: Social Movements. Educational Practices. Subject-Territories. Sustainability. Social Transformation.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade é marcada por uma profunda crise civilizatória que se manifesta nas dimensões ambiental, social, ética e cultural. A lógica produtivista e mercantil que rege o modelo de desenvolvimento global tem provocado a degradação dos ecossistemas, o esgotamento dos recursos naturais e o agravamento das desigualdades sociais, especialmente em contextos rurais e periféricos. Como observa Gadotti (2000), vivemos uma "crise de paradigmas" que exige uma nova visão de mundo e de educação, capaz de reconciliar humanidade e natureza em uma relação de interdependência e respeito mútuo.

Nesse sentido, a crise ambiental contemporânea e o aprofundamento das desigualdades sociais têm provocado reflexões sobre o papel da educação na construção de sociedades sustentáveis. Nesse cenário, a Ecopedagogia emerge como uma proposta educativa que articula o aprender com o viver, integrando consciência ecológica, ética e cidadania planetária (Gadotti, 2000). No que tange à cidadania planetária, esta por sua

vez, “trata-se de um ponto de referência ética indissociável da **civilização planetária** e da ecologia” (Gadotti, 2000, p. 135. Grifo do autor).

Neste cenário, a educação ocupa um papel estratégico. Paulo Freire (1996a) já alertava que todo processo educativo é, antes de tudo, um ato político, e, portanto, jamais neutro. A educação pode servir tanto à manutenção das estruturas hegemônicas quanto à libertação dos sujeitos oprimidos. Assim, a tarefa da pedagogia contemporânea é repensar os modos de ensinar e aprender de forma que contribuam para a construção de uma nova racionalidade, ética e ecológica. É nesse horizonte que se insere a Ecopedagogia, uma proposta educativa que busca articular a formação humana à sustentabilidade e à cidadania planetária, até porque “cidadania é, essencialmente, consciência de direitos e deveres” (Gadotti, 2000, p. 133).

Por sua vez, a Educação do Campo emerge como movimento político e pedagógico de resistência e afirmação dos direitos das populações camponesas, reivindicando uma educação contextualizada, enraizada nas práticas sociais e culturais do campo. A convergência entre Ecopedagogia e Educação do Campo revela potencial transformador, ao propor práticas educativas que fortalecem os vínculos entre o ser humano, a natureza e a coletividade, bem como entre educação, natureza, trabalho e sociedade.

A Ecopedagogia nasce, em grande medida, como um desdobramento da pedagogia freiriana, incorporando à crítica social uma dimensão ecológica e planetária. Para Gadotti (2009), ela consiste numa “pedagogia da Terra”, voltada à formação de sujeitos capazes de compreender as relações de interdependência entre seres humanos e ambiente, reconhecendo o planeta como casa comum. Nesse sentido, a Ecopedagogia propõe uma ética da corresponsabilidade e da solidariedade, estimulando a superação da visão fragmentada e utilitarista da natureza que caracteriza a modernidade ocidental.

Paralelamente, a Educação do Campo surge no Brasil como um movimento político e pedagógico de resistência, protagonizado pelos movimentos sociais e sindicais do campo e por intelectuais comprometidos com as lutas camponesas. Trata-se de uma concepção que transcende o âmbito escolar e reivindica uma educação contextualizada, vinculada às condições de vida, trabalho e cultura das populações do campo (Arroyo, 2012a; Caldart, 2011).

Diferente de uma simples “educação rural” adaptada às zonas agrícolas, a Educação do Campo reconhece o campo como espaço de produção de saberes,

identidades e alternativas civilizatórias, logo, enquanto um espaço de vida e de outras possibilidades históricas. A Educação do Campo mais do que um modelo escolar, trata-se de uma concepção educativa que reconhece o campo como espaço de vida, trabalho e produção de saberes (Caldart, 2011).

Ao aproximar Ecopedagogia e Educação do Campo, percebe-se que ambas compartilham um mesmo horizonte ético-político: a busca por uma educação emancipatória e transformadora, comprometida com a vida e com a justiça econômica e socioambiental. Enquanto a Ecopedagogia propõe uma nova racionalidade ecológica, a Educação do Campo traz o enraizamento territorial e a valorização dos saberes populares como fundamentos da prática educativa. Essa articulação, portanto, não apenas amplia as possibilidades pedagógicas das escolas do campo, mas também redefine a própria noção de educação, concebendo-a como prática de libertação, transformação coletiva e de sustentabilidade.

Molina (2019a) destaca que a Educação do Campo representa uma resposta crítica às políticas neoliberais e urbanocêntricas que historicamente marginalizaram – e ainda marginalizam os povos rurais, do campo, das águas e das florestas. Ao dialogar com a Ecopedagogia, tal proposta ganha densidade ambiental e planetária, fortalecendo o vínculo entre educação, natureza e trabalho. A partir dessa relação, a escola do campo pode se tornar um espaço de resistência e criação de alternativas sustentáveis, promovendo práticas que integram o cuidado com a terra, a valorização cultural e a consciência ecológica. Sobre essa relação, corrobora-se com Leff (2011, p. 9) quando afirma que "O saber ambiental emerge de uma reflexão sobre a construção social do mundo atual, onde hoje convergem e se precipitam os tempos históricos que já não são mais os tempos cósmicos, da evolução biológica e da transcendência histórica".

Além disso, essa convergência teórica convida à revisão das bases epistemológicas da própria educação moderna. A racionalidade técnico-instrumental, herdada do pensamento cartesiano, fragmentou o conhecimento e subordinou a natureza à lógica do lucro. A Ecopedagogia e a Educação do Campo propõem um movimento inverso: o de reencantar o conhecimento, recuperando sua dimensão ética, estética e comunitária. Como afirma Gadotti (2000), educar para a sustentabilidade é também educar para a sensibilidade, para o diálogo e para a solidariedade, princípios igualmente centrais na pedagogia freiriana e também presentes na concepção da educação socialista.

Dessa forma, o presente artigo propõe refletir sobre os diálogos possíveis entre Ecopedagogia e Educação do Campo, analisando suas contribuições teóricas e práticas para a construção de uma sociedade democrática, justa, sustentável e solidária. Busca-se compreender de que modo esses referenciais podem orientar políticas públicas, práticas pedagógicas e processos formativos capazes de promover a transformação social e ambiental, e desta forma como pode contribuir para uma educação transformadora, voltada para a sustentabilidade e a justiça social. O estudo parte da convicção de que a crise ecológica é, antes de tudo, uma crise educativa e civilizatória, e que a superação desse quadro passa, necessariamente, pela reinvenção da educação, de uma educação do campo, das águas e das florestas, uma educação para à vida e para o planeta.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de caráter qualitativo e bibliográfica, uma vez que busca compreender e analisar conceitos, fundamentos e práticas relacionados à Ecopedagogia e à Educação do Campo a partir de produções teóricas já consolidadas. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica consiste na análise de materiais já publicados, possibilitando a construção de novas reflexões e interpretações sobre determinado tema.

A abordagem qualitativa foi adotada por se tratar de um estudo que não busca quantificar dados, mas interpretar realidades sociais, culturais e educativas, valorizando o sentido e a profundidade das análises (Minayo, 2001). Assim, as categorias de análise foram definidas a partir dos princípios e eixos centrais da Ecopedagogia e da Educação do Campo, permitindo estabelecer diálogos, convergências e tensões entre ambas.

O levantamento bibliográfico contemplou autores clássicos e contemporâneos da área, entre os quais Paulo Freire, Moacir Gadotti, Miguel Arroyo, Roseli Caldart, Mônica Molina e Enrique Leff, além de documentos e produções acadêmicas que discutem os fundamentos políticos e pedagógicos da Educação do Campo e da Ecopedagogia. A análise foi realizada de forma crítico-reflexiva, orientada pela perspectiva freireana de que a educação é prática de liberdade e pela concepção de Gadotti (2000) de que a Ecopedagogia se constitui como uma pedagogia planetária.

Dessa forma, a metodologia adotada permite a construção de uma reflexão fundamentada, com base em diferentes referenciais, sobre os possíveis caminhos que articulam Ecopedagogia e Educação do Campo na busca pela construção de uma sociedade fundada na justiça social e econômica, bem como na ética e na sustentabilidade socioambiental e solidariedade humana.

ECOPEDAGOGIA: FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS

A Ecopedagogia constitui-se como uma proposta educativa emergente que se insere no contexto das transformações paradigmáticas da contemporaneidade. Nascida do diálogo entre a pedagogia crítica e os movimentos ecológicos, ela propõe uma nova racionalidade educativa que reconhece a Terra como casa comum e a educação como instrumento de reconstrução ética, política e ambiental da sociedade (Gadotti, 2000). Essa abordagem surge em resposta à crise ecológica global e ao modelo civilizatório hegemônico, que se assenta na exploração ilimitada da natureza, no consumismo e na lógica individualista do capitalismo neoliberal.

Em outras palavras, a Ecopedagogia nasce nos anos 1990, inspirada na Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, mas incorporando os desafios ambientais e civilizatórios do século XXI. Segundo Gadotti (2000), a Ecopedagogia propõe uma "educação planetária", que reconhece a Terra como "casa comum" e promove uma ética da sustentabilidade.

> A Ecopedagogia parte uma consciência planetária (gêneros, espécies, reinos, educação formal, informal e não formal). Ampliamos o nosso ponto de vista. Do homem para o planeta, acima de gêneros, espécies e reinos. De uma visão antropocêntrica para uma consciência planetária, para uma prática de cidadania planetária e para uma nova referência ética e social: a civilização planetária (Gadotti, 2000, p. 176).

Segundo Gadotti (2009, p. 41), a Ecopedagogia "é a pedagogia da sustentabilidade, da vida e da solidariedade planetária", orientando-se por uma ética de cuidado e responsabilidade coletiva. Inspirada nas ideias de Paulo Freire, a Ecopedagogia incorpora à pedagogia libertadora uma dimensão ecológica e planetária, compreendendo a educação como prática de transformação social e ambiental. Como afirma Freire (1996b, p. 38), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção", e nesse ato reside o compromisso ético-político com a vida e com o planeta.

O termo "Ecopedagogia" foi inicialmente sistematizado por Francisco Gutiérrez e Cruz Prado (2002), que a definem como uma pedagogia voltada à construção da cidadania planetária, capaz de articular os princípios da sustentabilidade, da solidariedade e da justiça social. Para os autores, a educação deve contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as relações entre o ser humano e o meio ambiente, promovendo uma nova visão de mundo baseada na interdependência e no respeito à diversidade.

Para Albanus (2013, p. 53-54)

> A ecopedagogia deve promover a educação pelo olhar das pessoas, pela forma como as pessoas observam o meio ambiente e interagem com ele, visando à formação do homem como um agente parceiro e integrado, que, por meio de vivências e atitudes voltadas para a redução dos danos e impactos ambientais, consegue disseminar a importância da ecopedagogia para a formação desse ser atuante.

A Ecopedagogia, nesse sentido, não se limita à transmissão de conteúdos ecológicos, mas propõe uma reorientação epistemológica do ato educativo. De acordo com Morin (2000), essa reorientação exige o abandono da racionalidade fragmentada e reducionista, herança do pensamento cartesiano, e a adoção de uma racionalidade complexa, capaz de compreender o mundo como uma rede interligada de sistemas e relações. A educação, para ser ecopedagógica, precisa ensinar a "tecer junto" (Morin, 2000), unindo saberes científicos, culturais e éticos numa perspectiva integradora e transdisciplinar. Nesse sentido, a Ecopedagogia propõe um diálogo de saberes (Santos, 2007), reconhecendo a legitimidade dos conhecimentos tradicionais, populares e comunitários como parte essencial da construção da sustentabilidade e da vida.

Para Gadotti (2000, p. 73), "educar ecologicamente é aprender a viver no planeta como um ser entre outros seres, com responsabilidades e direitos partilhados". Esse princípio rompe com a visão antropocêntrica da modernidade e assume uma postura biocêntrica, em que todas as formas de vida possuem valor intrínseco. A educação, assim concebida, deve fomentar o desenvolvimento de sujeitos ecológicos (Carvalho, 2008), conscientes das implicações éticas, sociais e ambientais de seus modos de viver e de produzir.

Destarte, partindo do pressuposto afirmado por Gadotti (2000), de que a Ecopedagogia, estabelece-se como uma pedagogia planetária que se opõe à lógica do desenvolvimento hegemônico, centrado no consumismo e na exploração predatória da natureza. Pode-se, portanto, depreender que seu primeiro princípio fundamental é a centralidade da vida como valor supremo. Nesse sentido, a educação assume a tarefa de cultivar uma consciência ecológica crítica, que compreende o ser humano como parte integrante da teia da vida, e não como dominador ou proprietário da natureza (Gutiérrez; Prado, 2002).

Leff (2011) reforça essa concepção ao propor o conceito de racionalidade ambiental, segundo o qual o conhecimento deve ser orientado por valores de sustentabilidade e justiça socioambiental. A Ecopedagogia, ao incorporar essa

racionalidade, torna-se uma pedagogia da esperança e da ação, cujo foco é a emancipação humana e a regeneração da vida. Não se trata apenas de ensinar sobre o meio ambiente, mas de educar a partir e com o meio ambiente, reconhecendo-o como sujeito e contexto do processo educativo. Para a Ecopedagogia, esse modelo precisa ser superado por alternativas sustentáveis, solidárias e comunitárias, capazes de responder às necessidades humanas sem comprometer os ecossistemas (Leff, 2001).

Outro princípio fundamental da Ecopedagogia é a práxis, conceito central na pedagogia freiriana. A ação educativa deve nascer do diálogo entre teoria e prática, permitindo que o sujeito se reconheça como agente de transformação. Gadotti (2009) enfatiza que a Ecopedagogia é, sobretudo, uma pedagogia da ação consciente, orientada por valores de solidariedade, participação e corresponsabilidade. Essa dimensão práxica implica compreender que a sustentabilidade não se alcança por discursos moralistas, mas por práticas concretas que transformam as relações sociais e ecológicas.

A dimensão ética e espiritual da Ecopedagogia também é destacada por Gutiérrez e Prado (2002), que a descrevem como um caminho de reconciliação entre o ser humano e a natureza, capaz de resgatar o sentido de pertencimento e de reverência pela vida. Tal perspectiva aproxima-se da "pedagogia do amor" proposta por Freire (2000), ao reconhecer que a transformação do mundo requer não apenas consciência crítica, mas também sensibilidade, empatia, solidariedade e afeto.

Dessa forma, a Ecopedagogia apresenta-se como uma proposta educativa que une razão, emoção e ação, sustentada em princípios éticos, políticos e epistemológicos. Ela orienta-se pela busca de um novo pacto civilizatório, no qual o conhecimento, o trabalho e a educação estejam a serviço da vida e não da acumulação. Como destaca Gadotti (2000), trata-se de uma educação para o ser, e não apenas para o ter – uma educação que se constrói em comunhão com o planeta e que assume o desafio de formar sujeitos ecológicos e solidários.

Em síntese, é possível inferir que a Ecopedagogia se fundamenta em cinco princípios básicos, dentre os quais é possível destacar a interdependência e complexidade, reconhecendo a unidade entre o ser humano e a natureza (Morin, 2000); a sustentabilidade e justiça social, como bases de uma nova racionalidade ética (Leff, 2011); o diálogo de saberes e diversidade cultural, valorizando os conhecimentos locais e tradicionais (Santos, 2007); a práxis transformadora, articulando teoria e ação (Freire,

1996b); e a educação para a cidadania planetária, orientada pelo cuidado e pela solidariedade (Gutiérrez; Prado, 2002; Gadotti, 2009).

Esses princípios, articulados entre si, compõem o núcleo epistemológico da Ecopedagogia e oferecem um horizonte de sentido para a reconstrução da educação em tempos de crise ambiental, ética e social. É nesse ponto de convergência que ela encontra na Educação do Campo um terreno fértil para a práxis e para a construção de uma sociedade ecológica, solidária, justa e democrática.

Além disso, destaca-se a valorização dos saberes populares e comunitários, reconhecendo que a educação não pode limitar-se ao espaço escolar, mas deve dialogar com práticas culturais e produtivas locais. Essa dimensão aproxima a Ecopedagogia da Educação do Campo, pois ambas compreendem o conhecimento como construção coletiva e situada (Arroyo, 2012).

A Ecopedagogia propõe a construção de uma consciência crítica planetária, que articula dimensões políticas, socioambientais e culturais. Conforme Freire (1996), educar implica cultivar a responsabilidade ética perante o outro e perante o mundo. Assim, a Ecopedagogia vai além da transmissão de conteúdos sobre meio ambiente, constituindo-se como uma prática pedagógica orientada para a transformação social, econômica, a justiça e a sustentabilidade.

Dessa forma, a Ecopedagogia não se reduz a conteúdos sobre meio ambiente, mas constitui uma prática política e ética voltada à transformação das relações entre humanos e natureza.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: IDENTIDADE, PRINCÍPIOS, RESISTÊNCIA E POTENCIAL TRANSFORMADOR

A Educação do Campo constitui-se como um movimento político, social e pedagógico que emerge das lutas históricas dos sujeitos-territórios do campo no Brasil, destacando-se agricultores familiares, quilombolas, assentados, acampados, ribeirinhos, povos indígenas, atingidos por barragens – na busca e na luta por reconhecimento, a garantida de direitos, justiça social e direito de acesso à educação. Mais do que uma proposta de ensino, ela representa uma forma de resistência e afirmação identitária, que se contrapõe à lógica excludente do modelo urbano-industrial dominante (Arroyo, 2012; Caldart, 2011).

A Educação do Campo organiza-se em torno de alguns eixos centrais que dão sustentação à sua prática pedagógica e ao seu projeto político. O primeiro deles é o direito à educação contextualizada (Caldart, 2004), que considera as especificidades culturais, econômicas e territoriais das comunidades camponesas. Tal princípio parte da crítica à educação rural tradicional, frequentemente marcada pela negação da identidade camponesa e pela reprodução de uma lógica urbana e elitista.

Portanto, diferentemente da chamada "educação rural", tradicionalmente marcada por uma visão assistencialista e subordinada aos interesses das elites agrárias, a Educação do Campo parte do protagonismo das comunidades para construir um projeto educativo que reflita suas realidades, demandas e modos de vida (Arroyo, 2012c). Nesse sentido, a Educação do Campo é construída a partir da realidade concreta dos sujeitos do campo, reconhecendo suas formas de vida e de trabalho como referências válidas para os processos educativos.

Um segundo eixo fundamental é o fortalecimento das identidades camponesas, conforme aponta Caldart (2004). A educação, nesse contexto, deve valorizar a história, a cultura e as práticas sociais das comunidades rurais, rompendo com visões estigmatizantes que associam o campo ao atraso e à marginalidade. Como afirma Arroyo (2012c, p. 67) "os sujeitos do campo não são atrasados nem marginais, mas portadores de tempos, saberes e culturas próprias que a escola historicamente negou".

Diante do exposto, portanto,

> ...é preciso compreender a experiência mais ampla da formação humana dessas pessoas, dessa coletividade, ou desse novo sujeito social, para entender por que e como estão propondo uma escola, *uma educação, um projeto de desenvolvimento* que, simplesmente, possa se constituir como parte dessa experiência (Caldart, 2004, p. 30. Grifos meus).

Caldart (2012) ressalta que a Educação do Campo é, antes de tudo, um projeto de afirmação cultural, que busca superar a negação histórica dos sujeitos camponeses, reconhecendo-os como protagonistas de um modelo alternativo de sociedade. Em outras palavras, "a Educação do Campo é, antes de tudo, um projeto pedagógico articulado ao projeto político dos trabalhadores do campo" (Caldart, 2004, p. 41).

A Educação do Campo se ancora na luta pela terra e pela reforma agrária como dimensão constitutiva da prática educativa. Trata-se de compreender a escola como espaço de resistência, onde os processos de aprendizagem estão vinculados à organização coletiva e à luta por direitos. Nesse sentido, como afirma Freire (1992), a

educação não pode ser neutra, pois sempre está inserida em um projeto político: ou se coloca a serviço da opressão, ou contribui para a emancipação dos sujeitos. Logo, a escola não é apenas um espaço de transmissão de conteúdos, mas um espaço de resistência e formação política, em que os sujeitos-territórios se reconhecem como parte de um movimento de transformação social (Freire, 1992). Assim, a luta pela terra, por educação, pela dignidade e pela justiça social torna-se parte essencial do fazer pedagógico no campo.

Visualiza-se ainda como destaque, o princípio do fortalecimento das identidades camponesas, que visa superar o estigma de atraso atribuído ao campo, reconhecendo-o como espaço de produção de cultura, de trabalho digno e de alternativas para um desenvolvimento sustentável. Nesse ponto, a Educação do Campo se vincula à luta mais ampla por uma sociedade justa e democrática (Caldart, 2012), tanto no aspecto ético, cultural, político-econômico, quanto socioambiental.

Conforme destacam Molina e Jesus (2004), outro princípio fundamental da Educação do Campo, é a articulação entre educação, trabalho e cultura, que se expressa na integração dos saberes escolares com as práticas sociais, produtivas e comunitárias, de modo que a escola esteja conectada às experiências de vida das comunidades, integrando os saberes da terra, da agroecologia e das tradições culturais locais. Essa articulação confere à Educação do Campo um caráter emancipatório, uma vez que rompe com a lógica da fragmentação do conhecimento (Molina; Jesus, 2004).

Molina e Jesus (2004) destacam que a escola no campo não deve estar dissociada do trabalho agrícola, da organização comunitária e das manifestações culturais locais, mas deve servir como espaço de fortalecimento dessas dimensões. Essa integração contribui para uma formação integral, capaz de articular conhecimentos científicos e populares em um processo dialógico.

Historicamente, o campo foi tratado pelas políticas públicas brasileiras como espaço de atraso e marginalidade, o que se refletiu em práticas educativas descontextualizadas e desvalorizadas. Durante décadas, prevaleceu uma visão de "educação rural" que se limitava à reprodução de conteúdos urbanos, ignorando as especificidades culturais, produtivas e territoriais das populações camponesas. Essa concepção reforçava o processo de subalternização e invisibilização dos sujeitos coletivos do campo (Molina, 2019b).

A emergência da Educação do Campo, sobretudo a partir da década de 1990, representa uma inflexão histórica nesse quadro. Impulsionada por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e por instituições como a Universidade de Brasília (UnB) e o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), essa proposta consolidou-se como uma prática de resistência e de reconstrução do direito à educação (Arroyo, 2012a). O campo deixa de ser visto como espaço de atraso e passa a ser compreendido como território de vida, de cultura e de produção de saberes (Caldart, 2011).

Segundo Caldart (2004), a Educação do Campo é orientada por uma concepção de educação que "nasce do chão da vida camponesa" e que reconhece o trabalho, a cultura e o território como dimensões indissociáveis da formação humana. Essa concepção rompe com o paradigma escolar tradicional, baseado na homogeneização curricular e na fragmentação do conhecimento, para propor um projeto pedagógico emancipador, vinculado à realidade concreta das comunidades rurais.

Nessa perspectiva,

> O projeto de educação do campo, está inserido em um projeto de sociedade, ligado a um projeto de desenvolvimento para o campo, proposto e sendo construído pelos camponeses, os quais se articulam através de suas organizações sociais. Esse projeto contrapõe-se aos ideais do agronegócio, compreendendo este como toda relação comercial envolvendo produtos agrícolas [...] (Fernandes, 2018, p. 36).

Arroyo (2012a) afirma que a Educação do Campo é, essencialmente, uma pedagogia da resistência, porque se opõe à lógica do agronegócio, da monocultura e da mercantilização da terra e da educação. Nesse sentido, ela constitui uma resposta política às formas contemporâneas de expropriação e exclusão, propondo uma educação comprometida com os sujeitos coletivos e com a defesa da terra como bem comum. Essa dimensão política é inseparável de sua dimensão pedagógica, pois ambas convergem para a construção de uma sociedade democrática, inclusiva, justa e sustentável.

De acordo com Molina (2019a), a Educação do Campo não deve ser reduzida a uma política compensatória voltada para as zonas rurais, mas compreendida como um projeto de sociedade alternativo, que valoriza os modos de vida e de produção camponeses. Essa visão se articula com a perspectiva da Ecopedagogia, ao reconhecer que a crise ambiental global está profundamente ligada às formas de exploração econômica e cultural impostas aos povos do campo, das águas e das florestas. Assim, a

Educação do Campo propõe uma reconfiguração das práticas educativas a partir da relação entre território, sujeitos, natureza, trabalho, identidade e sustentabilidade.

Do ponto de vista epistemológico, a Educação do Campo rompe com o dualismo entre saber erudito e saber popular, propondo uma epistemologia da práxis que valoriza os conhecimentos produzidos na experiência cotidiana. Essa proposta dialoga com Freire (1996), para quem a educação é um ato político de libertação, no qual o oprimido se reconhece como sujeito histórico de sua própria formação. Como destaca Freire (2000, p. 72), "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo", princípio que fundamenta a prática dialógica e coletiva que orienta as escolas do campo.

A Educação do Campo também assume uma dimensão ontológica e cultural, pois está enraizada em valores de solidariedade, reciprocidade e partilha. Para Caldart (2011), a escola do campo deve ser um espaço de produção cultural e política, que contribua para fortalecer a identidade camponesa e o sentimento de pertencimento ao território. Essa visão aproxima-se da concepção de Boaventura de Sousa Santos (2007), segundo a qual as lutas sociais do campo expressam uma busca por "novas epistemologias do sul", capazes de desafiar a hegemonia do pensamento ocidental e reconhecer a pluralidade de saberes e modos de existir.

A dimensão socioambiental da Educação do Campo também merece destaque. Conforme já observado anteriormente, Leff (2011) argumenta que a crise ecológica é, antes de tudo, uma crise do conhecimento e da racionalidade moderna, e que sua superação exige uma reconstrução epistemológica baseada na sustentabilidade e na justiça ambiental. Nesse sentido, a Educação do Campo, quando articulada à Ecopedagogia, constitui uma via concreta para a construção de uma racionalidade ambiental crítica, que valoriza a diversidade cultural e ecológica como fundamentos de um novo paradigma civilizatório.

As práticas educativas desenvolvidas nas escolas do campo refletem esses princípios quando se organizam a partir da pedagogia da alternância, do trabalho coletivo e da participação comunitária. Tais práticas permitem articular o conhecimento científico ao saber popular, aproximando teoria e prática num processo dialético de formação. Essa metodologia contribui para a formação de sujeitos ecológicos e políticos, capazes de compreender as contradições de sua realidade e de intervir de forma consciente e solidária.

Destarte, a Educação do Campo deve ser compreendida como um campo de disputas e possibilidades, onde se confrontam projetos antagônicos de sociedade: de um lado, o projeto do agronegócio e da modernização excludente; de outro, o projeto da agricultura familiar, da agroecologia e da soberania alimentar. Ao assumir o lado dos povos do campo, a educação torna-se instrumento de emancipação e de transformação social. Como sintetiza Arroyo (2012a, p. 25), "a Educação do Campo é mais que uma modalidade de ensino: é um movimento social e uma afirmação de vida".

Assim, a Educação do Campo reafirma o direito à diferença, à terra e à cultura, constituindo-se como um espaço de resistência e de criação de alternativas. Ao dialogar com a Ecopedagogia, ela amplia seu potencial transformador, tornando-se também uma educação para a sustentabilidade e para a cidadania planetária. Essa articulação teórico-prática aponta para um novo horizonte educativo, no qual a escola do campo é reconhecida como lugar de produção de saberes, de práticas ecológicas e de esperança, elementos essenciais para a construção de uma outra sociedade possível.

Por fim, um de seus princípios centrais é a defesa do direito à educação como prática de liberdade (Freire, 1992), uma educação que respeite e valorize as especificidades culturais, territoriais e produtivas do campo. Como destaca Caldart (2004), trata-se de uma educação que não apenas leva a escola até o campo, mas que reconhece a vida camponesa como espaço legítimo de produção de saberes e práticas educativas.

POR UMA OUTRA SOCIEDADE POSSÍVEL

A convergência entre Ecopedagogia e Educação do Campo representa um caminho viável e necessário para a construção de uma sociedade democrática, inclusiva, justa, solidária e sustentável, como afirmado anteriormente. Ambas as abordagens compartilham o compromisso com a emancipação dos sujeitos e com a defesa da vida em todas as suas formas. Portanto, pontua-se que a Ecopedagogia fortalece a Educação do Campo ao introduzir uma perspectiva ambiental e ética que ultrapassa os limites da escolarização formal. Promove-se, assim, uma educação que integra saberes, territórios e práticas, estimulando a criação de novas racionalidades socioambientais.

Entre os principais pontos de convergência entre a Ecopedagogia e a Educação do Campo, é possível destacar a crítica ao modo de produção capitalista e à lógica

perversa de exploração da natureza e da vida humana; ou seja, o modelo hegemônico do capital desumaniza os seres humanos ao mesmo tempo provoca a destruição da vida no planeta e impossibilita o bem-comum. Como afirma Leff (2001, p. 15) “a racionalidade econômica baniu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental”.

A valorização dos saberes populares e das práticas comunitárias; a defesa da terra como espaço de vida e não apenas de exploração econômica; e o compromisso com a formação integral e a emancipação dos sujeitos-territórios são caminhos viáveis que apontam à contra-hegemonia, o que evidencia que ainda resta uma saída à humanidade, por mais que se pareça difícil, e por vezes até impossível.

Portanto, ao articular Ecopedagogia e Educação do Campo, desenham-se horizontes para a construção de uma sociedade orientada por valores democráticos, humanos, éticos, ecológicos e solidários. Nesse sentido, isso implica em um exercício permanente de repensar as práticas escolares, tornando-as participativas, críticas e sustentáveis; além de fortalecer os Movimentos Sociais do Campo como sujeitos-territórios políticos e educativos; bem como promover políticas públicas que articulem educação, agroecologia e soberania alimentar e consolidar uma pedagogia da esperança (Freire, 1992), que projete o futuro a partir da luta e da utopia.

A intersecção entre Ecopedagogia e Educação do Campo revela-se fecunda, pois ambas partem da crítica ao modelo civilizatório vigente e propõem alternativas fundamentadas na justiça social, no cuidado ambiental e na participação democrática. Portanto, a Ecopedagogia e a Educação do Campo constituem-se em caminhos pela construção de uma outra sociedade possível.

Segundo Freire (1992), a educação é prática de liberdade, e, nesse horizonte, a Ecopedagogia oferece à Educação do Campo uma dimensão planetária, enquanto esta, por sua vez, enraíza a Ecopedagogia em experiências concretas de luta e resistência.

A construção de “uma outra sociedade possível” passa, necessariamente, pela educação, e, sobretudo, por uma Educação do Campo enraizada em princípios ecopedagógicos, comprometida com a vida, a natureza, a terra e a justiça social. Segundo Capra (2006, p. 15) “A educação para uma vida sustentável estimula tanto o entendimento intelectual da ecologia como cria vínculos emocionais com a natureza”. Nesse sentido, a prática educativa da Educação do Campo, cada vez mais, afirma-se

como resistência ao modelo hegemônico de educação, que prima por um modelo de desenvolvimento capitalista, historicamente antiético, elitista, destruidor e excludente.

CONCLUSÃO

A reflexão desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que a articulação entre Ecopedagogia e Educação do Campo representa uma das mais promissoras vias para a construção de um projeto educativo comprometido com a transformação social, a sustentabilidade ambiental e a emancipação dos sujeitos do campo. Ambas as perspectivas, embora oriundas de contextos distintos, convergem no propósito de repensar o papel da educação diante das múltiplas crises enfrentadas pela humanidade, como a ecológica, a política, a ética e a civilizatória, que, historicamente, marcam o tempo atual do mundo contemporâneo.

Os resultados apresentados evidenciaram que a Ecopedagogia, ao propor uma educação voltada para a sustentabilidade e para a cidadania planetária (Gadotti, 2009), oferece à Educação do Campo um referencial ético e epistemológico capaz de fortalecer suas práticas emancipatórias e coletivas. Por sua vez, a Educação do Campo, enraizada nas lutas e identidades dos povos camponeses (Caldart, 2011; Arroyo, 2012b), concretiza os princípios ecopedagógicos ao transformar a escola em um espaço de produção de saberes, de partilha, reorganização, luta e de resistência.

Essa convergência teórica e prática indica que a educação para a sustentabilidade não pode ser dissociada da educação para a justiça social. Ambas dependem de um processo formativo que reconheça os sujeitos-territórios do campo como protagonistas da história, valorizando seus conhecimentos, suas culturas e suas formas de relação com a natureza. Como afirma Freire (1996, p. 37), “a educação é um ato político, e o seu sentido depende do projeto de sociedade que se quer construir”. Assim, uma pedagogia ecopedagógica do campo é, ao mesmo tempo, um ato de resistência e de esperança.

Os achados deste estudo também revelam que a integração entre Ecopedagogia e Educação do Campo fortalece processos de autonomia comunitária, fomenta a consciência ecológica e amplia a participação cidadã nas decisões sobre o território e o meio ambiente. As práticas de alternância, a interdisciplinaridade e o diálogo de saberes emergem como elementos estruturantes dessa nova racionalidade educativa, na qual teoria e prática se entrelaçam em um movimento permanente de reflexão e ação (Freire, 2000).

Contudo, os desafios permanecem significativos. Persistem contradições entre o discurso político da sustentabilidade e a efetivação de políticas públicas coerentes com as realidades do campo. A precarização das condições de trabalho docente, a ausência de formação continuada voltada à temática socioambiental e a hegemonia de modelos tecnicistas e urbanos de ensino ainda constituem entraves à consolidação de uma educação verdadeiramente transformadora (Molina, 2019a). Enfrentar esses desafios exige o fortalecimento das políticas públicas específicas de Educação do Campo, bem como a ampliação de espaços de diálogo entre universidades, movimentos sociais e comunidades.

Em síntese, a Ecopedagogia e a Educação do Campo, quando articuladas, convertem-se em um projeto pedagógico de reconstrução civilizatória, que propõe uma nova ética da vida e do conhecimento. Trata-se de uma pedagogia que reconhece a Terra como casa comum, os sujeitos do campo como guardiões da biodiversidade e a educação como caminho para a sustentabilidade e a justiça. Essa perspectiva abre possibilidades para a construção de uma sociedade que valorize o cuidado, a solidariedade e o equilíbrio entre seres humanos e natureza, enfim, uma "outra" sociedade possível e necessária.

Desta forma, reafirma-se que o horizonte educativo que emerge dessa integração é o de uma educação emancipatória, crítica, ecológica e solidária, enraizada nos territórios e voltada à transformação das estruturas de poder e de pensamento. A Ecopedagogia oferece à Educação do Campo o sentido planetário de sua luta; e a Educação do Campo oferece à Ecopedagogia a concretude de sua prática. Juntas, ambas apontam para um novo paradigma educativo e civilizatório, capaz de sustentar a esperança ativa e crítica de que é possível reinventar o mundo a partir da educação, o que possibilita a formação de sujeitos ecológicos, conscientes, críticos e socialmente engajados.

Portanto, mais do que uma proposta pedagógica, a convergência entre Ecopedagogia e Educação do Campo representa um projeto civilizatório alternativo, comprometido com a vida, a sustentabilidade e com a justiça socioambiental. Trata-se, pois, de um projeto civilizatório alternativo, que desafia o modelo hegemônico e fortalece a utopia de um mundo humano, democrático e socioambientalmente equilibrado. Assim, reafirma-se a importância de políticas públicas e práticas educativas

que fortaleçam o vínculo entre educação, ciência, território e natureza, como bases para a construção de "uma outra sociedade possível".

REFERÊNCIAS

ALBANUS, Lívia Lucina F.; ZOUVI, Cristiane L. **Ecopedagogia**: educação e meio ambiente. Curitiba: InterSaberes, 2013.

ARROYO, Miguel G. **Educação do Campo**: território de saberes e lutas. Petrópolis: Vozes, 2012a.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre**: imagens e autoimagens. 8ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2012b.

ARROYO, Miguel G. **Educação do campo e o direito à educação**: desafios atuais. Petrópolis: Vozes, 2012c.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2011.

CALDART, Roseli S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica C; JESUS, Sonia Meire S. A. de (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo", 2012. p. 15-35.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CAPRA, Fritjof *et al.* **Alfabetização Ecológica**: a educação das crianças para um mundo sustentável. Tradução Carmen Fischer. São Paulo: Cultrix, 2006.

FERNANDES, Rosana C. Educação do campo como território em disputa. In: SOUZA, Murilo Mendonça O. de. (Org.). **Educação do Campo**: lutas, experiências e reflexões. Goiânia: Ed. UEG, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 36ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MOLINA, Mônica C. **Educação do Campo e formação de educadores**: desafios e possibilidades. 2ª. ed. Brasília: MDA; Universidade de Brasília, 2019a.

MOLINA, Mônica C. **Educação do campo e desenvolvimento sustentável**: desafios e perspectivas. Brasília: MEC, 2019b.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos de (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2000.

SACRISTÁN, José G. **Educar e conviver**: a cidadania como horizonte educativo. Porto Alegre: Artmed, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2007.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La memoria biocultural**: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Barcelona: Icaria Editorial, 2009.